

CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO/2014 - 2015

Pelo presente instrumento de **Convenção Coletiva de Trabalho**, que celebram entre si, de um lado **SINDICATO DAS EMPRESAS DE TRANSPORTE DE CARGAS DO OESTE E MEIO-OESTE CATARINENSE**, com sede na Rua Marechal Deodoro, n. 36, 4º andar, na cidade de Concórdia (SC), neste ato representado por seu **Presidente, Sr. Paulo César Simioni**, devidamente credenciado por Assembléia Geral Extraordinária de seus associados, e de outro lado **SINDICATO DOS CONDUTORES DE VEÍCULOS E TRABALHADORES EM TRANSPORTES RODOVIÁRIOS DE CARGAS E PASSAGEIROS DE CONCÓRDIA E REGIÃO - SINTROCON**, com sede na cidade de Concórdia (SC), neste ato representado por seu **Presidente, Sr. Paulo Elias Berta**, representando trabalhadores em transportes de passageiros, todos credenciados por Assembléia Geral de seus associados, estabelecem e firmam, dentro das respectivas bases territoriais, uma **CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO**, que será regida para todos os fins e direitos pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – VIGÊNCIA e ABRANGÊNCIA

Os efeitos jurídicos de validade da presente Convenção vigorarão pelo prazo de 12 (doze) meses, a contar de 01.05.2014 a 30.04.2015.

Parágrafo Primeiro: São abrangidos pelo presente instrumento, os profissionais que prestam serviço como empregado á empresas de Transporte Rodoviário de Cargas e Logística, nos seguintes municípios: Arabutã, Arvoredo, Concórdia, Ipumirim, Irani, Itá, Lindóia do Sul, Seara e Xavantina.

CLÁUSULA SEGUNDA - CORREÇÃO SALARIAL

Sobre os salários dos integrantes da categoria profissional, estabelecidos na Clausula terceira, as empresas concederão um reajuste total de 7,5% (sete virgula cinco por cento), índice este acordado entre as partes convenientes como sendo o fator de correção e recomposição de eventuais perdas salariais acumuladas no período de 01.05.2014 a 30.04.2015, sendo compensáveis todos os percentuais de reajustes e antecipações, concedidos no mesmo período, nos termos da lei, com exceção do salários normativos, os quais são estabelecidos na cláusula terceira.

CLÁUSULA TERCEIRA - SALÁRIO NORMATIVO

Fica estabelecido o **salário normativo** para os empregados das empresas da respectiva categoria econômica, fixando-se nos seguintes níveis:

a) motoristas de bi-trem/internacional *R\$ 1.560,00

b) motoristas de semi-reboque.....	R\$ 1.500,00
c) motoristas de “truck”.....	R\$ 1.325,00
d) motoristas de “truck curta distância”**.....	R\$ 1.290,00
e) demais motoristas.....	R\$ 1.254,00
f) motoristas de veículos até 6t.....	R\$ 1.096,00
g) motoristas de entrega*.....	R\$ 966,00
h) Ajudante de carga e descarga.....	R\$ 800,00
i) demais empregados.....	R\$ 800,00
j) faxineiras e “oficce-boys”.....	R\$ 800,00

Parágrafo primeiro. A composição salarial poderá ser efetuada por hora, dia, mês ou comissão, e, sua composição final deverá garantir, no mínimo, o normativo da categoria.

Parágrafo segundo. Os salários identificados no *caput* deste artigo serão reajustados de acordo com a legislação em vigor.

Parágrafo terceiro. Na categoria “Motorista de Bi-trem e Motorista Internacional”, somente fazem jus a tal denominação os motoristas que conduzirem o veículo bi-trem durante no mínimo 80% do mês, bem como aqueles que realizarem no mínimo 80% das viagens em transportes internacional, seja de importação ou exportação.

Parágrafo Quarto: Na categoria “Motorista de truck de curta distância” descrita no item ‘d’ desta cláusula, compreendem-se os motoristas condutores de veículostruck que realizam entregas á uma distância de no máximo 100 quilômetros da base da empresa.

Parágrafo quinto: Na categoria “Motorista de entrega” descrita no item ‘g’ desta cláusula, compreendem-se os motoristas condutores de veículos de até 6t que realizam entregas á uma distância de no máximo 50 quilômetros da base.

CLÁUSULA QUARTA – RESSARCIMENTO DE DESPESAS VIAGEM.

Aos motoristas e demais empregados que permaneçam fora do domicílio em **território nacional** por mais de 12 (doze) horas de trabalho, os empregadores reembolsarão as despesas diárias nos seguintes valores, independente de apresentação de notas-fiscais:

a) café da manhã	R\$ 8,00
b) almoço.....	R\$15,00
c) jantar.....	R\$12,00

Parágrafo Primeiro. Aos motoristas e demais empregados que permaneçam, por mais de 12 (doze) horas de trabalho, em **território internacional**, os empregadores reembolsarão as despesas diárias até o valor de **R\$ 39,00 (trinta e nove reais)**, independente de apresentação de notas fiscais.

Parágrafo Segundo. Em caso de afastamentos inferiores ao período acima, tornando-se necessária a realização de refeições externas, estas igualmente serão reembolsadas, respeitando-se o limite máximo e sua proporcionalidade.

Parágrafo Terceiro. O pagamento das diárias descritas na presente cláusula, será devido sempre que o empregado afastar-se de seu domicílio, sem necessidade de apresentação de notas fiscais de despesas.

CLÁUSULA QUINTA – INCENTIVO À SINDICALIZAÇÃO DO EMPREGADO

No ato de admissão a empresa, apresentará ao empregado, juntamente com os demais documentos, o Termo de Filiação, em modelo próprio fornecido pelo Sindicato Laboral, para que, querendo, de livre e espontânea vontade exerça seu direito à filiação.

CLÁUSULA SEXTA - DÉCIMO TERCEIRO SALÁRIO

Obrigam-se as empresas a pagar o décimo terceiro salário a todos os seus empregados, impreterivelmente até o dia 20 de dezembro de 2014.

CLÁUSULA SETIMA - ADIANTAMENTOS SALARIAIS

As empresas que praticarem adiantamentos salariais a seus empregados deverão fazê-lo até o dia 20 (vinte) de cada mês, em espécie ou cheque bancário, fazendo constar em folha de pagamento do mês de referência o desconto referente ao respectivo adiantamento.

CLÁUSULA OITAVA - DOIS MOTORISTAS EM UM SÓ VEÍCULO

As empresas que adotarem o critério de dois motoristas em um só veículo, para o sistema de revezamento, pagarão a ambos as horas de trabalho efetivamente prestadas.

CLÁUSULA NONA - ALOJAMENTO

A empresa compete pagar alojamento condizente ao motorista, que permanecer fora do domicílio, ficando excluídas desta obrigação as empresas que adotarem seus veículos de sofá-cama ou cabine-leito, nos termos da Lei 12.619/2012.

CLÁUSULA DÉCIMA - CONTRIBUIÇÃO CONFEDERATIVA PATRONAL

As empresas da categoria econômica, representadas pelo **Sindicato das Empresas de Transporte de Cargas do Oeste e Meio-Oeste Catarinense**, sediadas na base de representação, contribuirão em favor do mesmo Sindicato com a importância de **R\$ 800,00 (oitocentos reais)**, divididas em **duas**

parcelas de igual valor, pagáveis nos meses de **julho e setembro de 2014** necessárias à ampliação e/ou manutenção das atividades sindicais.

Parágrafo primeiro. O Sindicato patronal remeterá para as empresas, em tempo hábil, as guias para a efetuação do respectivo recolhimento.

Parágrafo segundo. A falta de recolhimento da contribuição, ou recolhimento efetuado fora do prazo acima estabelecido, implicará na multa de 10% (dez por cento) sobre o valor efetivamente devido, acrescido dos corretivos da moeda, além de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA RESPONSABILIDADE DOS MOTORISTAS E DEMAIS FUNCIONÁRIOS DA EMPRESA E DOS DESCONTOS DOS SALÁRIOS

O motorista e demais funcionários da empresa respondem, quando comprovada a culpa ou dolo, pelo extravio de mercadorias, ferramentas e acessórios; pelos danos decorrentes de atrasos no início do trabalho, saídas antecipadas ou desautorizadas e faltas injustificadas; bem como por danos causados no veículo no qual seja condutor e pelos danos de qualquer natureza (materiais, pessoais e morais) causados a terceiros em acidente de trânsito, quando também for apurada a sua culpabilidade.

Parágrafo primeiro. Quando ao empregador ou seus clientes, resultarem prejuízos por eventual “abandono do veículo” por parte do motorista, este será obrigado a ressarcir tais prejuízos.

Parágrafo segundo. Aos motoristas cabe também a responsabilidade por toda e qualquer infração de trânsito por ele cometida, imposta ao veículo, devendo arcar com o pagamento de multa pecuniária decorrente da mesma.

Parágrafo terceiro. Além de outras despesas decorrentes dos danos dolosos ou culposos, por ele provocados, o motorista é responsável pelo pagamento da “franquia” em caso da empresa necessitar acionar seguro que tenha contratado.

Parágrafo quarto. Em caso de dano causado pelo empregado, bem como multa de trânsito, é lícito a empresa descontar dos salários as importâncias devidas até o ressarcimento integral dos prejuízos financeiros suportados. Em caso de demissão do empregado, depois de feitas as compensações de lei, restando ainda importâncias a serem pagas pelo empregado, estas constituir-se-ão em dívidas civis.

Parágrafo quarto. É dever do empregado, o preenchimento da ficha ou papeleta de controle de trabalho externo, quando o veículo não estiver dotado de sistema eletrônico que possibilite tal controle.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - INFRAÇÕES DE TRÂNSITO – RESCISÃO POR JUSTA CAUSA.

O motorista que não observar a legislação de trânsito, desrespeitando a sinalização e os limites de velocidade permitidos, além de responder pelo pagamento da penalidade (multa) que for imposta ao veículo, cujo valor poderá ser descontado de seu salário, estará praticando falta grave passível de ser punida com a demissão por justa causa, independente de punição anterior por outra falta cometida, da mesma ou de outra natureza e ou gravidade.

Em caso do cometimento de infração de trânsito o motorista deverá dar ciência imediata à empresa do ocorrido, entregando à empresa, a via que lhe for fornecida pelo agente policial do auto de infração, considerando-se desde já e automaticamente advertido pela falta cometida.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - APETRECHOS DE VIAGEM E PRESTAÇÃO DE CONTAS

Para uma perfeita realização do trabalho, a empresa colocará à disposição dos motoristas, além do veículo, o numerário e apetrechos de viagem, por cuja guarda o motorista é responsável, cessando sua responsabilidade com a entrega e aceitação da prestação de contas, no final da viagem ou trabalho.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - REPOUSO DOS MOTORISTAS QUANDO EM VIAGEM

Não será considerado como trabalho efetivo, para quaisquer efeitos, os períodos de repouso dos motoristas e ajudantes, ainda que gozados em dependência da empresa, bem como os tempos de espera, conforme definido pela Lei 12.619/2012.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - QUITAÇÃO DE VERBAS

O pagamento salarial, bem como de toda rescisão de contrato individual de trabalho, deverá ser realizado no domicílio de trabalho do empregado.

Parágrafo único. As rescisões de contrato de trabalho, dispensas sem justa causa e pedidos de demissão aceitos pelo empregados deverão ser quitadas no prazo máximo de 10 (dez) dias após o vencimento do aviso prévio, desde que comprovado o comparecimento do demissionário até o limite do referido prazo.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - QUADRO DE AVISOS

As empresas permitirão a colocação, em quadro apropriado, dos avisos de interesse da categoria profissional, proibidas as publicações de matérias prejudiciais ao bom andamento do trabalho ou contrárias aos interesses do empregador. Todo documento deverá conter o visto de ciência do estabelecimento.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DISPENSA DE AVISO PRÉVIO

Na demissão, por iniciativa da empresa, o empregado que manifeste o interesse de não cumprir parcial ou totalmente o aviso prévio, ficará dispensado de seu cumprimento, renunciando ao correspondente pagamento.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - FÉRIAS PROPORCIONAIS

Fica garantido o recebimento de férias proporcionais, independentemente de tempo de serviço, nos casos de pedido de demissão.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - AUXÍLIO-FUNERAL

No caso de morte do empregado, a empresa contribuirá com o equivalente a **01 (um) salário mínimo da categoria**, para auxiliar no pagamento das despesas com o respectivo funeral, salvo se tal despesa possuir cobertura garantida em seguro de vida custeado pela empresa.

CLÁUSULA VIGÉSIMA - UNIFORMES

Quando exigido pela empresa, ou autoridade competente, o uso de uniforme completo para o trabalhador, a empresa cederá anualmente **02 (dois) jogos**, em condições de uso, de forma gratuita. Os mesmos deverão ser devolvidos pelo empregado à empresa, nas condições em que se encontrarem, por ocasião de desligamento, sob pena de ser possível o desconto do valor correspondente.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - COMPENSAÇÃO DE HORAS

Ficam as empresas integrantes da categoria econômica autorizadas a firmar acordos de compensação de horas com seus trabalhadores, de forma individual ou coletiva.

Parágrafo Primeiro: Em relação aos motoristas que exercem atividade externa, os mesmos terão sua jornada estabelecida conforme Lei 12.619/2012, podendo acordo coletivo de trabalho estipular formas de compensação de horas trabalhadas de forma extraordinária.

Parágrafo Segundo: Tendo em vista o caráter diferenciado da atividade de transporte rodoviário de cargas, fica estabelecido como horário normal de trabalho, salvo outro expressamente adotado pela empresa através de quadro de horário fixado na sede da empresa e anotado em ficha de empregado ou CTPS, o período compreendido entre as 05:00 e 22:00 horas, limitada a jornada diária a 08 horas de trabalho, excepcionalmente podendo ser estendida por mais duas horas, que serão remuneradas como Hora Extra e o devido adicional (ou apenas o adicional no caso de salário comissionado – Sumula 340 do TST).

Parágrafo Terceiro: O labor dentro do período acima, mesmo que iniciado e findado em horários alternados, não caracteriza turno único de revezamento, ou seja, não é delimitada a jornada normal como sendo de 06 horas, desde que respeitado o descanso mínimo de uma hora para refeição.

Parágrafo Quarto: Empresas que possuam atividades noturnas, fora do período compreendido no parágrafo segundo, poderão fixar em quadro de horários jornada diferente para seus empregados, respeitando os limites de jornada diária e semanal estabelecidos na lei 12.619/2012.

Parágrafo Quinto: O controle de jornada, far-se-á alternativamente, por ficha ou papeleta de trabalho externo, ou qualquer meio eletrônico idôneo (tacógrafo, rastreador, cartão ponto), sendo que em caso de controle por meios eletrônicos, a assinatura do empregado no relatório mensal, semanal ou diário, é indispensável para comprovação da idoneidade dos horários descritos, servindo tal relatório como prova de jornada, bem como parâmetro para pagamento de eventuais horas extras ou tempo de espera devido.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - LICENÇA AO DIRIGENTE SINDICAL

Será concedido ao dirigente sindical **10 (dez) dias por ano**, com aviso prévio de 72 (setenta e duas) horas, para a participação em eventos de interesse da representação sindical profissional, sem prejuízo de sua remuneração mensal, desde que comprovada a efetiva participação.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - FISCALIZAÇÃO DO CUMPRIMENTO

O fiel cumprimento desta Convenção Coletiva de Trabalho será fiscalizado pelo Ministério do Trabalho, ficando convencionado que as divergências porventura existentes na aplicação de seus dispositivos serão solucionadas na forma da lei, ou pelos Diretores das Entidades convenientes.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - GARANTIA PRÉ-APOSENTADORIA

Aos empregados que contarem com mais de **10 (dez)** anos de serviço na mesma empresa terão **estabilidade provisória** de **12(doze)** meses, quando necessitarem desse período para aposentadoria, salvo hipótese de justa causa.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA – SEGURO DE VIDA

As empresas efetuarão por sua conta, Seguro de Vida para motoristas que forem abrangidos pelas categorias profissionais abrangidas por esta negociação, independentemente do seguro “APP” nos veículos à serem conduzidos, com valor de indenização por morte ou invalidez, de no mínimo R\$ 25.000,00, sob pena de desembolsar tal valor em caso de sinistros.

Parágrafo Primeiro. É facultado às empresas, em conjunto com o empregado, negociar uma cobertura maior para o seguro, cabendo à este o pagamento do valor excedente no prêmio à ser pago.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA – CONTRIBUIÇÃO ESPECIAL PATRONAL AO SINDICATO PROFISSIONAL

As empresas que compõe a categoria econômica do Transporte Rodoviários e as empresas dos setores de: Comércio em geral, das Indústrias em gerais, do Setor Hoteleiro e afins, das prestadoras e afins e outros grupos econômicos que empregam e contratam motoristas e ajudantes, no âmbito da base territorial da Entidade, contribuirão em favor do Sindicato Profissional a importância de 5% (cinco por cento) da folha de pagamento de seus funcionários, sem ônus ao mesmo, na validade desta Convenção Coletiva 2014/2015, a ser pago em **10 de agosto de 2014**, para a manutenção dos serviços sociais prestados, pelo Sindicato Profissional, sendo que o não pagamento, implica na aplicação de multa, no valor de 10% sobre o valor devido, bem como incidência de juros de 1%.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA - TAXA NEGOCIAL LABORAL

Conforme decisão da Assembléia Geral da categoria profissional, ficam as empresas obrigadas a descontar de seus empregados, sindicalizados ou não, a importância equivalente a 12% (doze por cento) do salário, sendo 6% (seis por cento) no mês de maio/2014 e 6% (seis por cento) no mês de novembro/2014, a título de Contribuição Negocial, a ser recolhido no mês subsequente.

Parágrafo Primeiro: Os recolhimentos deverão ser efetuados em favor da entidade profissional, até o 10º dia após o desconto através de guias próprias fornecidas pela entidade laboral.

Parágrafo Segundo: No prazo de 5 (cinco) dias após o recolhimento, a empresa deverá remeter ao Sindicato o respectivo comprovante, fazendo acompanhar da relação dos empregados e o valor nominal dos descontos efetuados.

Parágrafo Terceiro: Fica garantido aos empregados não sindicalizados o direito de oposição ao desconto da Taxa Negocial, a ser manifestado individual e diretamente no Sindicato da categoria, até o dia 30 de maio de 2014.

CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA - COMPETÊNCIA

As partes nomeiam a **Justiça do Trabalho da Comarca de Concórdia** para dirimir toda e qualquer dúvida que porventura advenha da presente Convenção Coletiva de Trabalho.

CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA - ROL DE REIVINDICAÇÕES

As Entidades ora convenientes estipulam que o rol contendo reivindicações de contexto social da classe profissional, com relação ao advento da próxima data-base (maio/2015), deverá ser encaminhado ao Sindicato patronal até a primeira quinzena do mês de março de 2015.

E, assim, por estarem justos e convencionados, firmam os representantes legais das Entidades convenientes o presente instrumento, devendo uma via ser depositada na respectiva Delegacia Regional do Trabalho no Estado de Santa Catarina, e as demais cópias entregues às respectivas Entidades.

Concórdia, 01 de maio de 2014.

SETCOM - SINDICATO DAS EMPRESAS DE TRANSPORTE
DE CARGAS DO OESTE E MEIO-OESTE CATARINENSE
Paulo César Simioni – Presidente – 1.551.415-3

SINDICATO DOS CONDUDORES DE VEÍCULOS E TRABALHADORES
EM TRANSPORTES RODOVIÁRIOS DE CARGAS E PASSAGEIROS DE
CONCÓRDIA E REGIÃO
DE CONCÓRDIA
Paulo Elias Berta – Presidente – 1.834.884-0